



CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR ÂNIMA EDUCAÇÃO

DANIEL SILVA PINHEIRO

VICTOR FARIAS DE OLIVEIRA SOARES

**DO TRIPÉ MACROECONÔMICO A NOVA MATRIZ ECONÔMICA: UMA VISITA
AO PASSADO RECENTE**

Rio de Janeiro 2023

DANIEL SILVA PINHEIRO
VICTOR FARIAS DE OLIVEIRA SOARES

**DO TRIPÉ MACROECONÔMICO A NOVA MATRIZ ECONÔMICA: UMA VISITA
AO PASSADO RECENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas, do Centro
Universitário IBMR- Ânima Educação,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Prof. M.Sc. Felipe de Melo Gil Costa

Rio de Janeiro 2023

CATALOGAÇÃO

NA FONTE

Pinheiro, Daniel Silva.

P654d Do tripé macroeconômico a nova matriz econômica: uma visita ao passado recente. [manuscrito] / Daniel Silva Pinheiro, Victor Farias de Oliveira Soares. Rio de Janeiro. -2023.

48 f.

Monografia (graduação) - Centro Universitário IBMR -
Curso de Ciências Econômicas, Rio de Janeiro, 2023. Orientador:
Felipe de Melo Gil Costa.

1. Tripé Macroeconômico. 2. Nova Matriz Econômica. 3. Economia. I. Soares, Victor Farias de Oliveira. II. Costa, Felipe de Melo Gil. (Orient.). III. Centro Universitário IBMR. IV. Título.

CDD: 330

DANIEL SILVA PINHEIRO
VICTOR FARIAS DE OLIVEIRA SOARES

**DO TRIPÉ MACROECONÔMICO A NOVA MATRIZ ECONÔMICA: UMA VISITA
AO PASSADO RECENTE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel, aprovado em sua forma final pelo curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário IBMR.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. e Orientador. M.Sc. Felipe de Melo Gil Costa – IBMR

Prof. Me. Monica Cristina Sobreira - IBMR

Prof. Me. Anderson Daniel Vieira – IBMR

Rio de Janeiro 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que nos ajudaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Eu Daniel, quero agradecer aos meus pais por todo incentivo e apoio durante essa jornada e pelos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse concluir com êxito o curso. Aos meus amigos, alguns já antigos e outros que fiz durante o curso, em especial ao Victor, que conheci logo no primeiro período e que aprendi bastante com ele.

Eu, Victor, agradeço primeiramente a Deus, que me deu o sopro da vida. A minha família que foi a base dos meus valores. A minha mãe, Siraneide, agradeço por ter se sacrificado e dado tudo de si e mais um pouco para que eu tivesse todo o necessário para uma vida feliz. Pai, obrigado por ter me ensinado a ler, pela rigidez na minha criação e pelas conversas noite adentro.

A minha companheira Mariana que esteve comigo durante todo o percurso da minha graduação, desde a escolha até o momento final, que quando nem eu acreditava, me impulsionou a ir até o fim me mantendo firme. Obrigado pelo carinho, afeto e compreensão.

Ao meu companheiro de graduação, Daniel, que esteve comigo durante todo o curso, obrigado por ser um amigo tão leal.

Ao Felipe Gil, meu orientador mostrou os desafios da economia e foi um grande parceiro nessa caminhada e ao Wagner Santos que sempre foi dedicado e solícito, fazendo o que estava ao seu alcance para que esse trabalho tivesse conclusão.

EPÍGRAFE

“O único lugar onde o sucesso vem
antes do trabalho é no dicionário”

Stubby Currence

RESUMO

As medidas apresentadas pela então presidente Dilma, no início de seu segundo mandato, seriam conhecidas por Nova Matriz Econômica e tinham como objetivo retomar o crescimento sustentável da economia brasileira. Entretanto, essa agenda contrastou diretamente com as políticas neoliberais conhecidas como Tripé Macroeconômico, iniciadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso e mantida na administração Lula, política essa que foi responsável por levar o país ao crescimento e mantê-lo, durante a primeira década do século XXI. Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo visitar o passado e expor os acertos e erros das duas principais agendas econômicas adotadas pelo governo brasileiro entre 1995 e 2016.

Palavras-chaves: Tripé Macroeconômico; Nova Matriz Econômica; Economia.

ABSTRACT

The policies presented by then president Dilma, at the beginning of her second term, would then be known as “Nova Matriz Econômica” and had the goal to return of the sustainable growth of the Brazilian economy. However, this agenda created a direct contrast with the neoliberal policies known as “Tripé Macroeconômico”, initiated during Fernando Henrique Carodoso’s government, and kept by the Lula administration, a policy which was responsible for leading the country to the economic growth and keeping it going, during the first decade of the XXI century. This being said, this academic work has as a goal to visit the past and explore the rights and wrongs of the two main economic agendas adopted by the Brazilian government between 1995 and 2016.

Keywords: Macroeconomic tripod; New economic matrix; Economy.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Meta e inflação 1999 a 2017	22
Gráfico 2: Indicadores da balança comercial entre 1999 a 2010	25
Gráfico 3: Investimento Estrangeiro Direto	27
Gráfico 4: Crédito total, taxa de crescimento entre 2003 a 2010	29
Gráfico 5: Produto Interno Bruto, percentual anual	30
Gráfico 6: Cotação média do dólar anualmente	34
Gráfico 7: Cotação petróleo Brent e preço médio de venda da gasolina comum no Brasil entre janeiro de 2008 a janeiro de 2017	37
Gráfico 8: Produto Interno Bruto anual do Brasil entre 1999 e 2016	43
Gráfico 9: Meta e inflação 1999 a 2017	45
Gráfico 10: Cotação média do dólar anualmente	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Desonerações de IPI e CIDE instituídas entre 2010 e 2014 em R\$ milhões	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CIDE	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Comitê de Política Monetária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Paridade de Preços Internacional
PSDB	Partido Social-Democrata Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVO GERAL	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	NEOLIBERALISMO E A GÊNESE DO TRIPÉ MACROECONÔMICO	16
2.2	PERÍODO FHC	19
2.3	PERÍODO LULA	23
2.4	GOVERNO DILMA	27
2.5	NOVA MATRIZ ECONÔMICA	30
2.6	A COMPOSIÇÃO DA NOVA MATRIZ ECONÔMICA	31
3	METODOLOGIA	36
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA	36
3.2	COLETA DE DADOS	36
4	ANÁLISE DE DADOS	36
4.1	PRODUTO INTERNO BRUTO	37
4.2	JUROS E INFLAÇÃO	38
4.3	TAXA DE CÂMBIO	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um longuíssimo período de inflação. Munhoz (1997) afirma que foi um ciclo que se iniciou em 1933 e completou 60 anos em 1993. Franco (2004) relata que o Brasil esteve em hiperinflação continuamente durante os sete anos anteriores a julho de 1994. De acordo com Scherer, Kowaleski e Júnior (2011), esses níveis só vieram a estabilizar-se em 1994, com o sucesso da implementação do Plano Real.

Além de uma taxa de inflação sem controle algum, Barone e Zouain (2007), relatam que houve uma queda generalizada do crescimento do PIB para muito além do que pudera ser observado no passado recente.

O que se esperava do controle da inflação seria um rápido aquecimento da economia e conseqüentemente, uma aceleração e crescimento brasileiro.

Para Rezende (2009), fica evidente que o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve êxito em controlar a inflação a níveis aceitáveis e constantes através da política cambial e estabilizar a economia, entretanto, Moraes e Saad-Filho (2011) afirmam que ele não se pode dizer no que se trata de crescimento do PIB, que continuava a níveis baixos e muito aquém das expectativas dos agentes econômicos.

Em meio a esse cenário macroeconômico, Negrão (1996) afirma que o estado deveria estar mais presente na economia, uma vez que as políticas “neoliberais” não foram suficientemente eficazes para uma retomada da economia brasileira e classes trabalhadoras começaram a sofrer com a perda incessante de seus direitos. Surge assim o estado embrionário, do que veremos a seguir como Nova Matriz Econômica.

No primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006), Flexor e Leite (2017), relatam que a disponibilidade de recursos naturais fundamentais para alimentar a população mundial voltou ao topo da agenda internacional, fazendo com que a procura por *commodities* se elevasse e o Brasil tivesse um crescimento econômico elevado.

Já no seu segundo mandato (2007 - 2011), Cano e Silva (2010) afirmam que foi marcado pelo fortalecimento do mercado interno, através de desenvolvimento produtivo, inovação, competitividade das empresas e na ampliação das exportações.

Além de fortalecer o parque industrial, Lima (2010) relata que as políticas públicas adotadas pelo governo como: aumento da distribuição de renda, estímulo ao consumo através do crédito e investimento público como vetor de crescimento de longo prazo. O cenário positivo associado ao segundo mandato Lula garantiu com que elege-se uma sucessora.

Embora o Brasil passasse por um período de crescimento econômico, havia uma expectativa negativa de que fossemos atingidos pela crise do setor imobiliário estadunidense, também conhecido como crise do *Subprime*, que ocorre ao longo de 2007-2008 e impactando em vetores econômicos e afetando o crescimento mundial de forma negativa principalmente a partir de 2009.

A partir desse contexto torna-se emergencial a necessidade de que medidas políticas sejam tomadas, com fim de conter os efeitos deletérios sobre a economia dos países, mesmo q a crise tenha sido originária dos Estados Unidos, com a globalização, seus efeitos seriam sentidos rapidamente pelo resto das economias que tiveram seus fluxos comerciais decrescidos se comparados com períodos anteriores à crise, que agora, se instaura ao redor do mundo.

Ainda falando sobre a crise, levando-se em consideração que, era necessário frear o avanço do grande problema que, se não fosse controlado, traria ainda mais consequências negativas para as nações.

Ao redor do globo foram tomadas medidas anticíclicas, como por exemplo, política fiscal e monetária. Não foi diferente no Brasil que a princípio, utilizou as ferramentas de política monetária expansionista para tentar amenizar esses efeitos negativos importados de forma não consensual.

Com esse panorama em vista, começa a ser implementada a Nova Matriz Econômica, que foram conjuntos de medidas e pacotes econômicos que tinham como objetivo reduzir os impactos da crise global na economia brasileira e acelerar seu desenvolvimento através de um choque exógeno de demanda.

1.1. Objetivo geral

O seguinte trabalho tem por objetivo conhecer as principais políticas econômicas que vigoraram do início do século até 2016, o Tripé macroeconômico (FHC e Lula) e a nova matriz econômica (Dilma).

1.2 Objetivos específicos

- Entender as agendas econômicas dos governos FHC, Lula e Dilma.
- Identificar as principais diferenças entre as políticas econômicas.
- Compreender onde os planos lograram êxito ou não foram efetivos.

1.3 Justificativa

Diante de períodos de incerteza econômica e política é natural buscarmos lições e exemplos em eventos históricos do passado. O propósito deste trabalho é explorar o passado e examinar as decisões político-econômicas em seus respectivos contextos históricos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Durante esta seção, iremos expor as informações coletadas no levantamento bibliográfico, tendo como fim de fundamentar, teoricamente, a pesquisa referente ao tema já citada.

2.1. Neoliberalismo e a gênese do tripé macroeconômico

Após a Segunda Grande Guerra Mundial surge, em oposição, ao

Keynesianismo a teoria neoliberal, que tinha como bases, limites ao poder do Estado e uma carga tributária de níveis baixos para que a Economia fosse livre e o mercado se autorregular. Como grandes expoentes desses ideais tomam destaque nomes conhecidos como Milton Friedman e Friedrich Hayek.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançou numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (SADER e GENTILI, 1995, p. 10).

Como relata Moraes (2001), Hayek publica sua obra “O Caminho da Servidão” que pode ser apontada como primeira obra de vulto e base referencial do movimento neoliberal.

Três variantes do pensamento neoliberal se desdobraram principalmente. A Escola Austríaca liderada por Hayek, a escola de Chicago fundamentada por Theodore William Schultz e tendo como grande nome Milton Friedman. A escola de Chicago teve papel de grande relevância para que as teorias neoliberais fossem levadas a sério no período pós-guerra. Seus experimentos na Universidade Católica do Chile influenciaram o Governo Pinochet (1973-1989), Tal experiência na esfera econômica do governo Chileno abriu caminho para que o neoliberalismo fosse levado em conta em governos com de Margareth Thatcher no Reino Unido (1979) e Ronald Reagan nos EUA (1980).

A escola de Virgínia é a terceira linha de pensamento, tinha como líder James McGill Buchanan JR, tinha como principal ideia de que as preferências microeconômicas orientam a organização social e que isso faz com que as escolhas de maximização individuais gestem a sociedade em um caminho que gere bem comum.

O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para as outras instituições sociais. Assim, a pretensão desses analistas é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). E o que chamam de "economia constitucional", uma nova teoria do contrato social, que propicie uma reconstrução da ordem social e política. (MORAES, 2001, p. 27)

Até o período Pós-guerra a linha Keynesiana dominava o pensamento econômico, até que o neoliberalismo reacendeu o debate. Para além dessas três preponderantes escolas de pensamentos individuais surge a escola Novo Clássica que organiza essas ideias. A teoria Novo Clássica não é totalmente consonante com que Milton Friedman falava acerca das expectativas adaptativas e diametralmente opostas às propostas de Keynes quanto a Intervenções macroeconômicas.

A partir da escola Novo Clássico o Consenso de Washington, em 1990, surgiu, sendo marcada pela recomendação oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) na forma da adoção de um pacote de dez medidas econômicas. O Consenso de Washington foi formulado por um economista chamado John Williamson, que escreveu o artigo "O que Washington entende por reforma da política econômica"¹ no qual tratava de um o balanço de ajustes econômicos na América Latina, após a crise da dívida externa, na década de 1980. As 10 medidas do Consenso de Washington, conforme relata Batista (1994) foram:

- i) Disciplina fiscal; redução de gastos pelo governo evitando aumento de impostos
- ii) Prioridades nas despesas públicas; as despesas do governo deveriam ser alocadas onde renderiam maior retorno, como educação, saúde e infraestrutura.
- iii) Reforma tributária; modificar e diminuir o sistema de arrecadação de

tributos.

- iv) Taxa de juros de mercado; evitar que o governo favoreça, com subsídios, empresas de capital nacional.
- v) Taxa de câmbio competitiva; faria com que o mercado fosse induzido a aumentar as exportações.
- vi) Política comercial de integração aos fluxos mundiais; vii) Abertura ao investimento direto estrangeiro; que tornaria o país atrativo para utilização de capital externo

¹ Disponível em: <https://www.piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-meanspolicyreform> Acesso em 02/05/2023

- viii) Privatização de estatais ineficientes; retira a responsabilidade do estado gerir uma empresa que não efetiva lucro
- ix) Desregulação de setores controlados ou cartelizados; fim de regulamentações que inviabilizam a entrada de novos concorrentes no mercado, salvo exceções
- x) direitos de propriedade.

O tripé macroeconômico, que será tratado de maneira mais específica no próximo capítulo, foi adotado no Brasil Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, nada mais é do que uma síntese do Consenso de Washington. Essa política econômica visava acabar com as crises inflacionárias e cambiais no Brasil, o que daria solidez e previsibilidade à economia brasileira.

2.2. Período FHC

No início do segundo mandato de FHC, em 1999, Silveira (2009) afirma que medidas neoliberais, que mais tarde seriam conhecidas como tripé macroeconômico, teriam como principal objetivo de estabilizar a economia após a implementação do

Plano Real. O autor conclui que o tripé macroeconômico teve foco em controlar as metas de inflação, o superávit primário e a implementação do câmbio flutuante.

Para Nassif (2015), o novo consenso macroeconômico era o fundamento teórico do tripé, e a estabilidade da inflação era o balizador principal da política econômica.

Em junho de 1999, Silveira (2009) descreve que o câmbio fixo deixou de ser utilizado no Brasil e foi substituído pelo câmbio flutuante. Giambiagi et al. (2011) e Reis (2016) discorrem sobre a alteração do regime cambial, e, apesar do elevado nível de juros no Brasil, a política de câmbio fixo não se mostrou eficaz como fora em outros anos, devido à obrigatoriedade de disponibilizar as reservas cambiais para pagamento da diferença entre o câmbio fixo e o valor do dólar no mercado internacional.

Depois de três ataques especulativos contra o Real — em 1995, 1997 e 1998, em cada uma das crises externas anteriores — o instrumento clássico de combate a esses ataques — a alta da taxa de juros — não mais se mostrava suficiente para debelar o problema, além de agravar seriamente a situação fiscal. Foi nesse contexto de crise que FHC iniciou o seu segundo mandato presidencial, em janeiro de 1999. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 176)

Silveira (2009), relata que em virtude da fuga de capital o real sofreu forte desvalorização e esse evento se dá principalmente em virtude da mudança do regime cambial. A cotação do real era \$1,20/US\$ no começo de 1999, atingindo R \$2,15/US\$ em março do mesmo ano, entretanto, após a fixação do que seria um regime de câmbio flutuante o Real permaneceu estável em relação ao dólar até 2001.

Em 1999, outro passo era tomado no sentido de tornar o tripé macroeconômico totalmente vigente. Silveira (2009) fala do regime de metas de inflação, que veio a operar em julho daquele ano.

Um regime de metas de inflação é aquele no qual as ações da política monetária, sobretudo a fixação da taxa de juros básica, são guiadas com o objetivo explícito de obtenção de uma taxa de inflação (ou de nível de preços) previamente determinada (Svensson, 1998; Bernanke et al., 1999; Bogdanski; Tombini; Werlang, 2000; Mendonça, 2001). De acordo com Curado e Oreiro (2005) existem uma série de vantagens com a instituição de um regime de metas, e o seu anúncio eleva o grau de

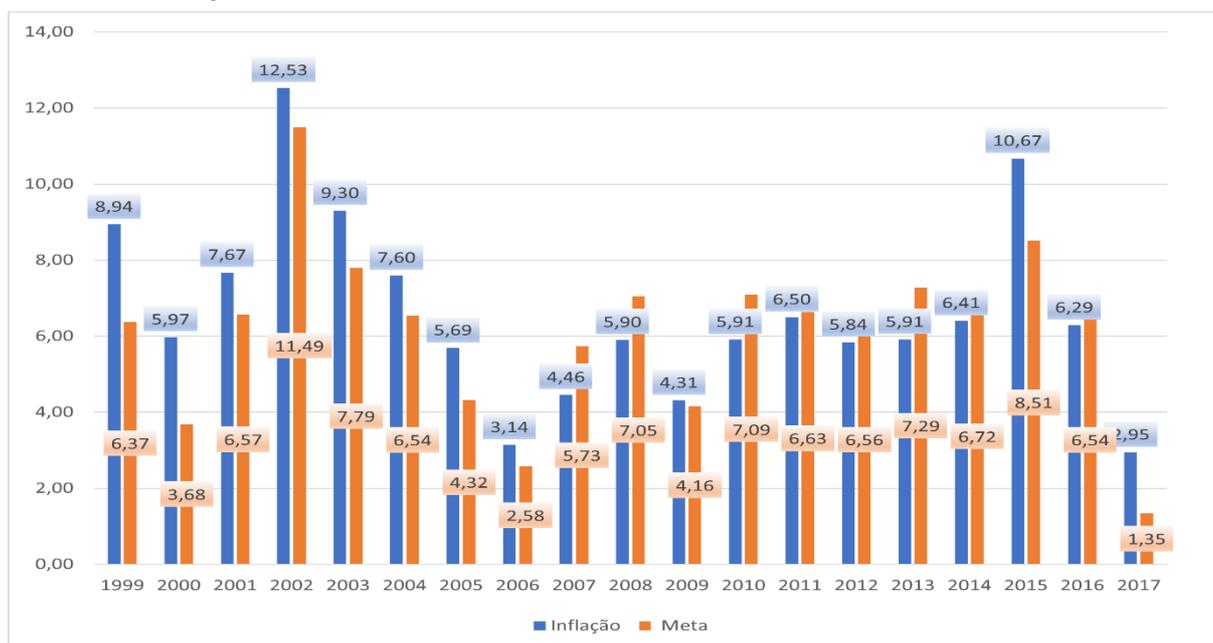
transparência da política monetária, trazendo mais clareza quanto à ação dos bancos centrais. Os autores continuam com a ideia de que a meta de inflação tem função de guia para as expectativas dos agentes econômicos, levando a taxa de inflação em direção a uma taxa natural.

O CMN escolhe o Índice de Preços ao Consumidor no Atacado (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como indicador para determinar e averiguar a inflação. Seguindo, Inicialmente as metas de inflação foram fixadas para três anos: 1999, 2000 e 2001 com taxas em 8%, 6% e 4%, respectivamente (Bogdanski; Tombini; Werlang, 2000).

O Decreto nº 3.088, dentre outras coisas, torna o Banco Central do Brasil responsável pelo atingimento das metas definidas pelo CMN. O Banco Central passa a ter o compromisso de obter e manter a taxa de inflação e, de acordo com Mendonça (2007) a taxa de juros é o principal instrumento da autoridade monetária para guiar as expectativas do público em um regime de metas para inflação.

O Gráfico 1 mostra o histórico da meta de inflação no período de 1999 a 2014 e a inflação efetiva no mesmo período.

Gráfico 1: Meta e inflação 1999 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Para Oliveira e Turolla (2003), no primeiro mandato de FHC, houve uma busca por ajuste fiscal que tinha como objetivo mudanças de caráter estruturais, dentre as quais figuram propostas de emenda à constituição, o ajuste patrimonial e o reconhecimento de passivos contingentes. Ainda em 1999 o governo impôs uma meta de *superávit* primário de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) conforme relata Silveira (2009). O autor conclui que a intenção era de estabilizar e diminuir a dívida pública.

A ausência de uma regra formal de controle do ritmo de crescimento dos gastos de consumo e de custeio do governo, fez com que, na prática, o instrumento utilizado para a obtenção da meta de *superávit* primário fosse o controle, quando não a redução, do investimento público. (OREIRO, 2015, p. 19)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi sancionada em maio de 2000, vindo à tona para auxiliar no cumprimento da meta de *superávit* primário anteriormente estabelecida. De acordo com Giambiagi *et al.* (2011), a LRF estabeleceu limite de despesas com pessoal, definiu sublimites para as mesmas despesas pelos Poderes Executivos, proibiu refinanciamentos das dívidas por parte das autoridades federais e levou à frente regras de transparência para a contabilidade pública.

O governo FHC foi marcado por várias privatizações que andavam no sentido das reformas de caráter neoliberal, que tinha como principal objetivo estimular a competição entre agentes econômicos privados. Giambiagi *et al.* (2011) enfatiza que a agenda de privatizações foi implementada apenas para trazer capital externo e sustentar a política cambial de FHC, uma vez que o fluxo de recursos para o Estado aumenta. Entretanto, de acordo com Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2016) escreveram, as privatizações dos setores de telecomunicações, transporte ferroviário, energia elétrica e mineração foram destaque.

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Júnior (2016), a Lei de Concessões ¹ merece destaque pois teve grande dimensão no que se trata na quebra do monopólio público em diversas instâncias da exploração de petróleo e paridade de preços internacionais (PPI). Após tantas aberturas para o setor privado administrar o que outrora tinha sido público, Silveira (2009) relata que se fazia necessário a criação de

agências reguladoras em virtude da especificidade dos respectivos setores e por se tratarem, em parte, de monopólios naturais.

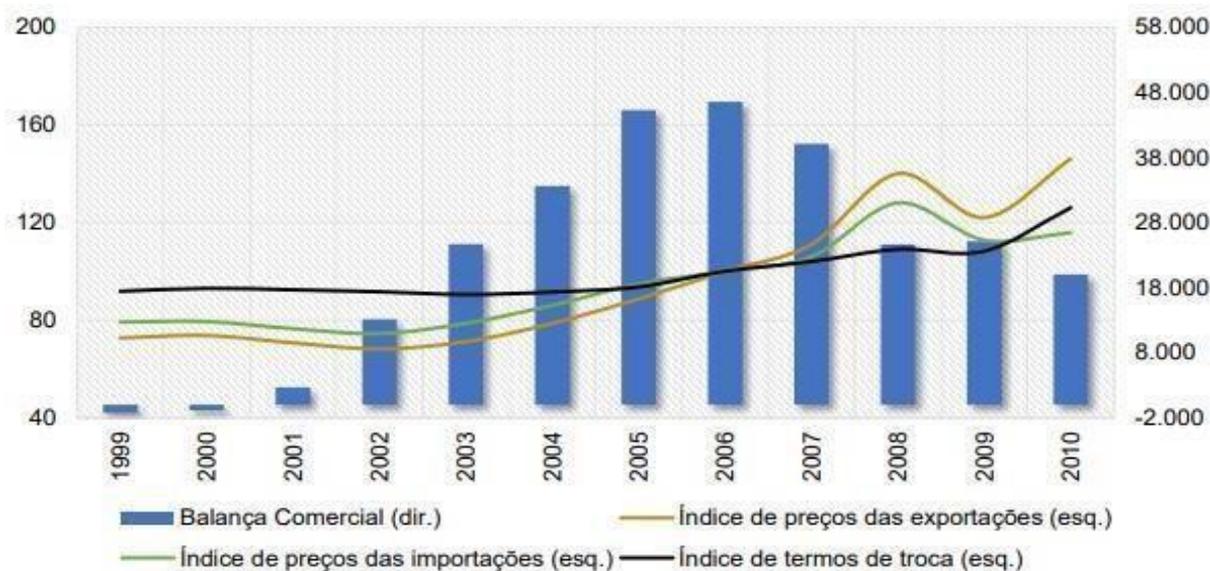
Foram então criadas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde (ANS), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e outras. A principal função desses órgãos é verificar o cumprimento dos contratos de concessão e as metas acordadas com as empresas entrantes. Esse é o processo de transformação do Estado provedor para o Estado regulador. (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2016, p. 608)

O tripé macroeconômico junto às privatizações, tiveram papel significativo no crescimento da economia brasileira durante a primeira década do século XXI nas afirmações de Silveira (2009). Uma das principais razões que se da também o crescimento da economia brasileira, na visão de Kuzzkowski (2021), foram os aumentos nos preços das *commodities* em razão da expansão econômica da China.

Em meio ao crescimento exponencial das economias emergentes, destaque para a China, houve um aumento massivo no consumo de matérias-primas, alimentos e metais. Seguindo o que Safatle, Borges e Oliveira (2016) disseram, até o fim da década de 1990, o Brasil exportava US\$1 bilhão por ano para a China e em 2003 esse valor atingiu a marca de US \$5,2 bilhões e em 2011 chegou a uma marca nunca atingida de US \$46,5 bilhões. Abaixo o gráfico 1 apresenta a evolução do índice de preços das exportações, importações e o índice de termos de troca entre 1999 e 2010 e o saldo da balança comercial.

¹ Lei nº 8.987/95. Lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos na Constituição Federal.

Gráfico 2: Indicadores da balança comercial entre 1999 a 2010



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria

No gráfico 2 observamos uma dinâmica de preços das exportações que garantiu ao Brasil a constância necessária para uma elevação consistente do *superávit* primário a partir de 2002 e batendo recordes em 2006. Kuzzkowski (2021), afirma que a balança comercial se manteve estável com índice de preços de importações superior ao de exportações, logo após, em 2006, as exportações ficaram acima das importações, indicando que as commodities tinham subido de preço, contribuindo para a balança comercial registra recorde

2.3 Período Lula

Como observado por Lourenço (2002), as eleições presidenciais de 2002 tem como lembrança a desconfiança dos agentes econômicos. Ramalho (2021) afirma que o mercado tinha uma perspectiva negativa quanto a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e, caso se concretizasse, a vitória dele, como a administração

pública seria gerida, já que o fim do governo FHC registrou baixo crescimento (gráfico 5), desvalorização do câmbio (gráfico 6) e alta nos índices de desemprego, além de uma impopularidade adquirida no final do mandato.

Mesmo com toda desconfiança que pairava sobre a pretensa eleição de Lula, Ramalho (2021) descreve que o então candidato é eleito, e muito se atribui “a carta ao povo brasileiro”² que tranquilizava os ânimos que se afloraram diante da ameaça de ter todo trabalho realizado pela gestão anterior destruído.

Demonstrações de compromisso com o receituário ortodoxo parecem ser fundamentais para a garantia da “estabilidade” econômica e política do país, o que revelou a dinâmica da interação entre a campanha eleitoral e os mercados financeiros. O aceno do candidato Lula à ortodoxia comprova a necessidade do que alguns autores chamam de “confidence game”, contexto que seria inerente aos países de democracia emergente inseridos no contexto de globalização financeira. (Calabrez, 2015, p. 187)

Na busca pela valorização do real acima do necessário, em 2003, o BC passou a adquirir moeda, iniciando um período de acumulação de reservas cambiais. entre 2003 e 2007 o BC comprou US\$ 141 bilhões³ e pela primeira vez o Brasil deixa de tomar empréstimos internacionais e passa a concedê-los. O programa de acumulação de reservas e a entrada em maior volume de dólares, que se dava pela quantidade de exportações que só aumentavam, fez com que a economia brasileira se tornasse mais resistente a intempéries externas. Na mesma direção ao que Safatle, Borges e Oliveira (2016) disseram, essa junção de fatores gerando um dinamismo na economia nacional, movimento esse que tornou possível um aumento na receita líquida do governo, que sai de R\$ 299 bilhões em 2003 para quase o dobro R\$ 588 bilhões, em

² Carta publicada pelo Partido dos Trabalhadores e com a assinatura de Lula em 22 de junho de 2002, onde o partido e o candidato assumem o compromisso público de manutenção dos fundamentos macroeconômicos.

³ Disponível em:

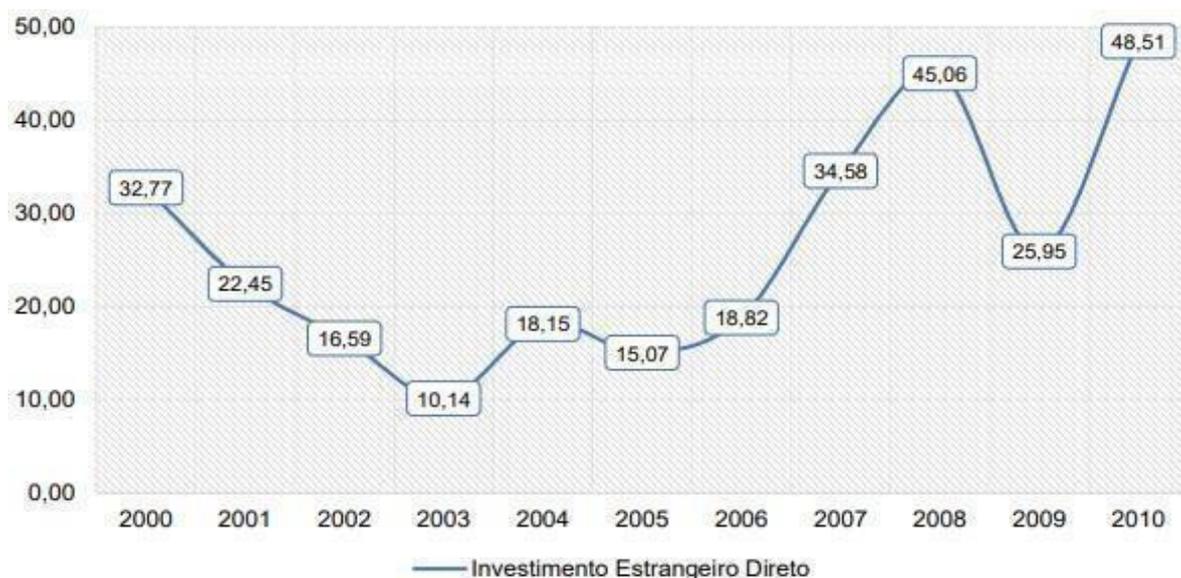
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarSeries&series=13621>

Consulta realizada em: 20/05/2023

2008 e chegando à R\$ 785 bilhões em 2010⁴. Com esse panorama, de acordo com Pinto e Ferreira (2021), o governo Lula via a possibilidade de aumentar seus gastos e destinar mais receita para programas sociais de distribuição de renda como: o PAC, Programa de aceleração do Crescimento, ampliação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e medidas de combate a crise do *subprime*.

Não obstante, o fluxo positivo de dólares no Brasil não se deu exclusivamente pelo aumento de exportações e uma balança comercial positiva. Magalhães (2002), descreve que o momento de estabilidade da economia brasileira e a expansão do consumo doméstico fizeram do Brasil um destino viável para o investidor estrangeiro. Como evidenciado no Gráfico 2, podemos ver o IED (Saldo de Investimento Estrangeiro Direto) no Brasil entre 2000 e 2010.

Gráfico 3: Investimento Estrangeiro Direto



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Em 2008, o Brasil sentiu os impactos causados pela crise do *subprime*, de acordo com Oreiro (2011), no caso brasileiro, a produtividade da indústria caiu quase

⁴ Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/receitas>

Consulta realizada em 20/05/2023

30% e o PIB caiu 14% no período final do respectivo ano. Para Silveira & Moreira (2014) a explosão da bolha imobiliária que originou essa crise gerou um grande retrocesso nas relações de comércio internacional e fuga de capital estrangeiro. Assim como evidenciado no Gráfico 2, o Brasil sofreu um grande golpe com a fuga de capital estrangeiro após a crise financeira. Desde 2003 vinha sendo construída uma relação de crescimento em relação à entrada de capital estrangeiro e isso foi abruptamente interrompido.

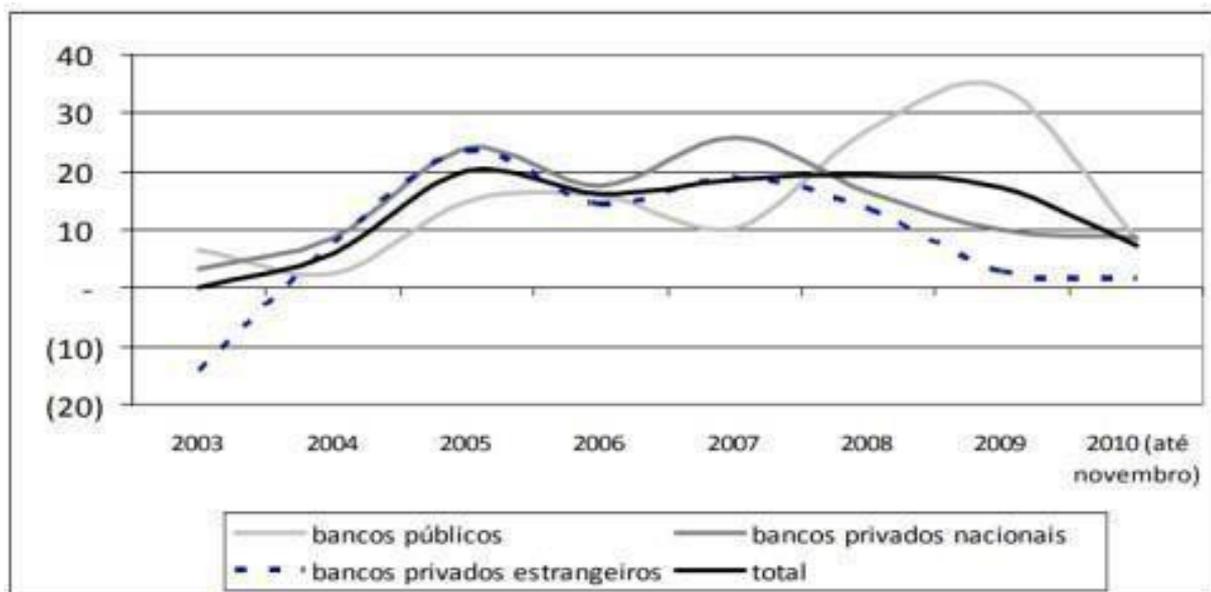
A fim de conter a insatisfação popular, Lula afirma que as grandes reservas internacionais, consumo do mercado interno e as ações da administração pública salvariam o país⁵. Tais declarações, nas visões de Abreu e Werneck (2014) faziam sentido, uma vez que medidas como as tomadas por FHC e fatores de distribuição de renda como PAC e Bolsa Família e o acesso facilitado a crédito estimulavam produção e consumo interno, o que por si só já fazia do Brasil um país mais preparados para externalidades negativas. Os autores concluem que pelo fato de o Brasil estar mais preparado, sofreu menos os efeitos da crise do que outros países.

Ao longo da crise, como dito por Graupen (2015), foram adotadas, pelo governo, medidas econômicas anticíclicas que tinham como objetivo amenizar os resultados negativos sobre o PIB. Entre as medidas adotadas podemos destacar os cortes da taxa básica de juros e a redução do crédito compulsório⁶ e maior oferta de crédito. O gráfico 4 demonstra a atuação dos bancos públicos, privados e estrangeiros além do total dos três, somados, entre 2003 e 2010.

⁵ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/reservasvaoajudaraseruperar-crise-diz-lula/> Acesso em 20/05/2023

⁶ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/489124/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y> Acessado 05/04/2023

Gráfico 4: Crédito total, taxa de crescimento entre 2003 a 2010



Fonte: Ipea (2011).

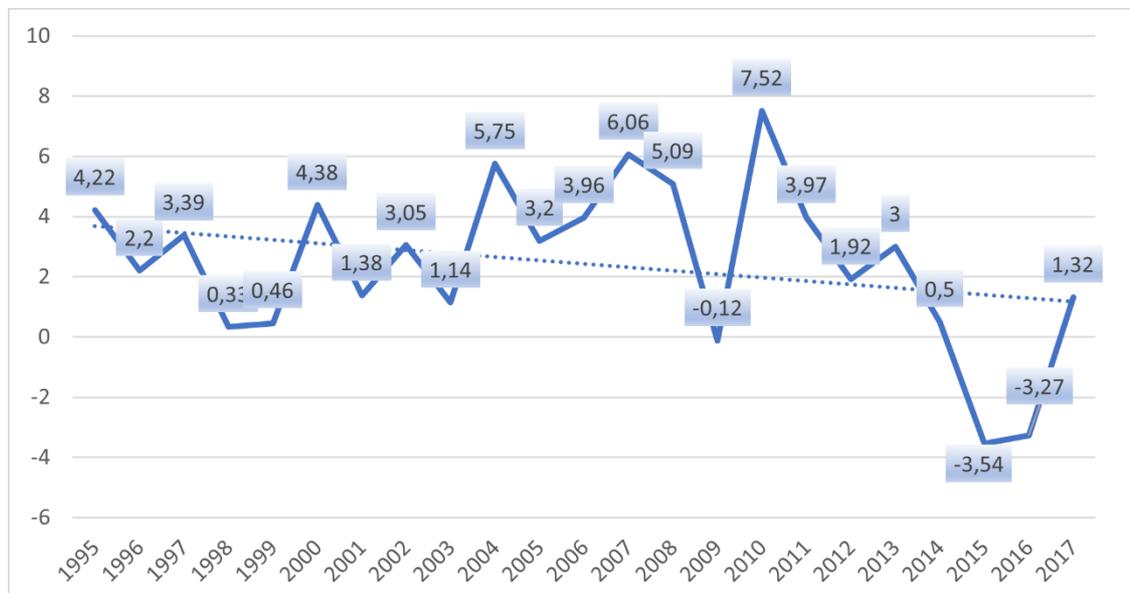
Além das medidas monetárias, de acordo com Graupen (2015), também foram tomadas medidas fiscais, sendo a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), Principal tributo incidente sobre a linha branca de eletrodomésticos, bens de capital e material de construção civil, e a redução do *superávit* primário.

Ferreira (2012) explica que o governo Lula utilizou das ferramentas supracitadas a fim de mitigar os danos ao PIB e evitar uma alta nas taxas de desemprego, haja vista que o Brasil havia construído bons fundamentos macroeconômicos, esperava-se que a recuperação da economia fosse rápida assim como a reversão da ligeira recessão de 2009 no ano seguinte. De fato, a reversão aconteceu, em 2010 o PIB registrado foi de 7,5%.

Como demonstrado no gráfico 5 e também contado por Silveira (2009) o PIB obteve um crescimento nos anos seguintes após a adoção do tripé macroeconômico e registra novas máximas nos primeiros anos da década de 2000 e sua manutenção, aliada a alta demanda dos *commodities* o Brasil continua sustentando seu crescimento que só foi freado, momentaneamente, por uma crise de proporções globais em 2008. Haja vista, o governo Lula fez um bom trabalho em efetivar medidas anticíclicas que

em 2010 proporcionaram um novo pico de alta no PIB.

Gráfico 5: Produto Interno Bruto, percentual anual



Fonte: IPEA. Elaboração própria

2.4 Governo Dilma

Em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) chega à presidência do Brasil⁷, obtendo sua vitória sobre o então candidato José Serra, do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB).

A então Presidente Dilma Rousseff angariava capital político durante a era Lula onde foi Ministra de Minas e Energias e Ministra-chefe da Casa Civil. De acordo com Amorim (2011) uma hipótese factível para a eleição de Dilma foi a popularidade do governo Lula e nível de satisfação da população em função das políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, nesse período.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilmarousseffprimeiramulher-eleita-presidente-do-brasil.html>

Acessado em 20/05/2023

Dilma foi eleita com a expectativa de manter a aprovação popular atingida por seu predecessor, de forma que manteve e expandiu as medidas anticíclicas que haviam sido adotadas para mitigar a crise financeira de 2008. Para Vaccari e Perez (2017) essas medidas, mais tarde conhecidas como Nova Matriz Econômica (NME), aproximaram as políticas econômicas do governo Dilma de pressupostos desenvolvimentistas.

Assim como dito por Marconi e Brancher (2017), o desenvolvimento econômico gera grandes controvérsias em seu campo de estudos, uma vez que não há consenso onde se iniciam e terminam as diversas variáveis macroeconômicas no campo teórico e para além disso, mensurar os efeitos que de fato geram avanços sociais. Bresser-Pereira (2006, p. 1) caracterizam o desenvolvimento econômico como o “aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico”. Para Souza (2019) o desenvolvimento econômico e o crescimento são coisas distintas, uma vez

que a expansão econômica em muitos casos não beneficia a economia como um todo o a totalidade da população.

Para Bresser – Pereira (2016), a corrente desenvolvimentista tem como cerne a busca por uma política econômica que gere benefícios de longo prazo, tendo como meio para isso o crescimento industrial, aumento de renda e crescimento no nível de bem-estar para a população.

De acordo com Prates, Fritz e Paula (2017), o desenvolvimentismo na América Latina passou por algumas atualizações, tendo recebido por diversos economistas os prefixos de social e novo, e que, apesar de não concordarem quanto a diversos pontos, tinham como objetivo as políticas de distribuição de renda, orientada por uma transformação estrutural levada adiante, principalmente, pela ação estatal.

Conceitos atualizados de desenvolvimentismo ganharam espaço em economias semimaduras do continente, caracterizadas por uma estrutura produtiva mais diversificada, mas com risco de desindustrialização prematura. O profundo descontentamento com políticas baseadas na ortodoxia

econômica, conhecidas como Consenso de Washington, também estimulou a busca por uma nova estratégia de política. No âmbito da avaliação crítica da agenda ortodoxa de liberalização do mercado interno, aberturas comercial e financeira e redução do papel do Estado, a distribuição de renda surgiu no centro do debate público. A América Latina, região com o maior grau de desigualdade econômica do mundo, experimentou estagnação ou mesmo agravamento da desigualdade durante o período de liberalização econômica nos anos 1990. Nesse contexto, dois novos conceitos de desenvolvimentismo emergiram: social-desenvolvimentismo (SD) e novo desenvolvimentismo (ND). Estes atualizaram o desenvolvimentismo clássico e acrescentaram novas dimensões. Ambos rejeitam claramente a ideia neoclássica de maximização do bem-estar quando os países se especializam de acordo com as respectivas vantagens comparativas e, semelhante ao desenvolvimentismo clássico, enfatizam as restrições externas estruturais causadas pela integração das economias em desenvolvimento ao mercado global como determinantes da falta de dinamismo econômico em âmbito doméstico. Dessa forma, apoiam uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico na qual o papel ativo do Estado é visto como necessário para viabilizar as mudanças estruturais rumo à (re)industrialização, resultando, assim, na transformação social. (PRATES; FRITZ; PAULA, 2017, p. 189)

A política econômica do desenvolvimento, conforme descrevem Brancher e Marconi (2017), tem como pressuposto a sua formulação e execução pelos governos, a fim de estimular a demanda agregada, o que torna essa corrente de pensamento econômico uma ótima opção para atuar sobre os ciclos econômicos com propósito de evitar quedas ou sustentar crescimento.

A crise financeira de 2008 gerou nos países necessidade de buscarem resposta para o cenário apresentado naquele momento.

Na crise atual do capitalismo globalizado, iniciada em 2008, a região latinoamericana e caribenha voltou a ter condições de protagonizar um novo salto desenvolvimentista, após a passagem de mais de duas décadas da regressão econômica e social e sua contradição com a vigência do regime democrático sem paralelo em toda a sua história. Para isso, contudo, a região não deveria perder-se em aspectos marginais, especialmente quando se trata de convergir para a consolidação de uma nova maioria política capaz de sustentar o desenvolvimento da região em novas bases econômicas, sociais e ambientais. (POCHMANN, 2012, p. 16)

Como já mencionando na seção anterior, as principais medidas tomadas pelo Brasil e conforme relata Moreira (2014) foram: os cortes da SELIC; elevação da oferta

de crédito, redução do depósito compulsório e redução do IPI. Tais ações, mais tarde, seriam chamadas de medidas anticíclicas.

As autoridades brasileiras responderam ao efeito-contágio dessa crise com uma série de iniciativas anticíclicas, entre as quais: (i) o Banco Central do Brasil (BCB) adotou medidas para ampliar a liquidez no mercado interbancário; (ii) o BCB interveio nos mercados de câmbio para ampliar a liquidez em moeda estrangeira; (iii) os bancos públicos expandiram suas operações de crédito diante da forte desaceleração da oferta de crédito pelos bancos privados; e (iv) o Ministério da Fazenda adotou medidas fiscais para estimular a demanda agregada (PRATES; FRITZ; PAULA, 2017, p. 201)

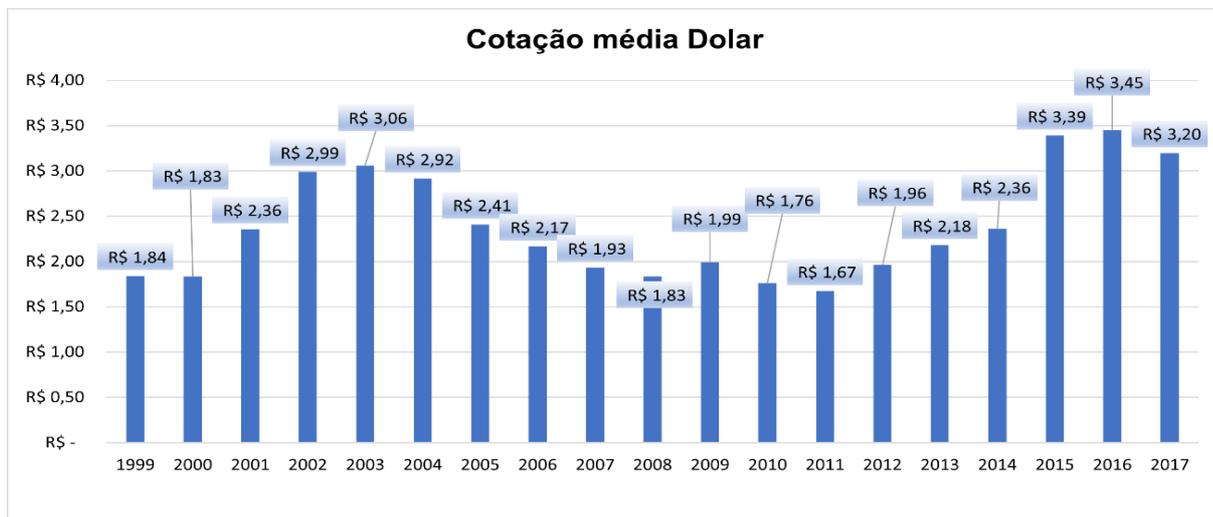
Silva (2020) descreve que o novo contexto econômico trago até o Brasil e ao mundo pela crise financeira de 2008, foi responsável pelo redescoberta do keynesianismo. Tanto a guinada em uma direção da política econômica quando a possibilidade de realocar a posição do Brasil no novo cenário global, permitiu ao governo brasileiro se aprofundar em uma abordagem keynesiana.

2.5 Nova Matriz Econômica

O início do governo Dilma Roussef tinha bons indicadores econômicos. O PIB registrou alta de 7,5% em relação ao ano anterior (gráfico 5); a inflação ficou dentro do limite de 6,5% (gráfico 1), Câmbio para o dólar em R\$ 1,67 (gráfico 6) e grau de investimento recorde (gráfico 3).

Para Barbosa Filho *et al.* (2015) medidas como o Plano Brasil Maior, corte de impostos, redução da tarifa de energia, controle de preço dos combustíveis, aumento das tarifas de importação, manutenção do câmbio desvalorizado, redução de juros e facilitação do acesso ao crédito por bancos estatais com o intuito de estimular a indústria brasileira foram algumas das novas políticas adotadas. De maneira que o Brasil passou a incorporar o que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica.

Gráfico 6: Cotação média do dólar anualmente



Fonte: Banco central brasileiro. Elaboração própria.

De fato, o termo passou a ser atribuído ao governo quando em 2012, o então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Marcio Holland, atribui o baixo desempenho naquele ano a Nova Matriz Econômica.

Investimento e atividade econômica andam juntos. O processo de acomodação da economia, conduzido pelo governo para corrigir inflação e outros preços da economia entre 2010 e 2012, acabou afetando as expectativas dos agentes nessa transição. Isso era esperado. O que ocorre é que, a partir de um determinado momento, começamos a implementar um conjunto de medidas que têm a ver com a transição para uma nova matriz macroeconômica. (HOLLAND, 2012, entrevista ao jornal Valor Econômico)

O Governo, a fim de demonstrar que a NME se tratava de um conjunto de políticas públicas, Oreiro (2015) descreve que o governo passa a usar o termo em documentos oficiais.

O Brasil apresenta uma nova matriz macroeconômica, ímpar na história do país, muito promissora para o investimento, a produção e o emprego, com taxas de juros baixas, custos financeiros reduzidos para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais. Por tudo isso, o país está preparado para experimentar mais um ciclo de longo prazo de crescimento sustentável. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2012, p. 7)

2.6 A composição da Nova Matriz Econômica

De acordo com Prates, Fritz e Paula (2017), a NME teve como concentração de esforços o estímulo à indústria. O governo passa a ter atuação mais ativa na economia, de caráter desenvolvimentista, por meio da progressiva redução da taxa de juros, regulação sobre os fluxos de capitais e derivativos e do superávit primário. Para além disso Carvalho (2018) acrescenta que além das medidas de controle de fluxo e redução dos juros, contou com desonerações tributárias visando a redução dos custos das empresas nacionais.

Conforme Filho (2017), o governo implementou estímulos ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), tendo em vista a criação de campeões nacionais, que nada mais são do que setores considerados estratégicos para receber subsídios do Estado. Em 2013 o BNDES recebe 10% do PIB em investimento, montante esse que foi dividido principalmente entre “30% da Fibria, 20% da JBS, 12% da ALL e da Marfrig e 10% da Petrobras e MPX” (BARBIERI, 2013).

Não obstante, o governo estabelece medidas de controle de preços, forçando a Petrobras a vender gasolina ao mercado interno a um valor inferior ao que era importado.

No começo da década de 2010, foi posta em prática uma política de preços de combustíveis fósseis descolados dos preços internacionais com o intuito de controlar a inflação. Como resultado, eles ficaram relativamente mais baixos em relação aos padrões internacionais. Desde 2016, em contraponto a esse cenário, houve no Brasil uma mudança política radical, que fez com que os preços de derivados do petróleo fossem atrelados aos padrões internacionais, o que elevou os preços no país. O controle de preços da gasolina estava associado ao paradigma novo desenvolvimentista, que pautou uma maior intervenção governamental na economia a partir de 2004, por meio de políticas setoriais específicas (Vieira Filho e Fishlow, 2017). Nesse contexto, a Petrobras foi acionada para mitigar o incremento das taxas de inflação de 2011 a 2014, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. O uso da Petrobras como instrumento de política foi potencializado pelo fato de a estatal praticamente possuir o monopólio do refino e da distribuição de combustíveis fósseis no Brasil. (FERREIRA; FILHO, 2019, p. 207)

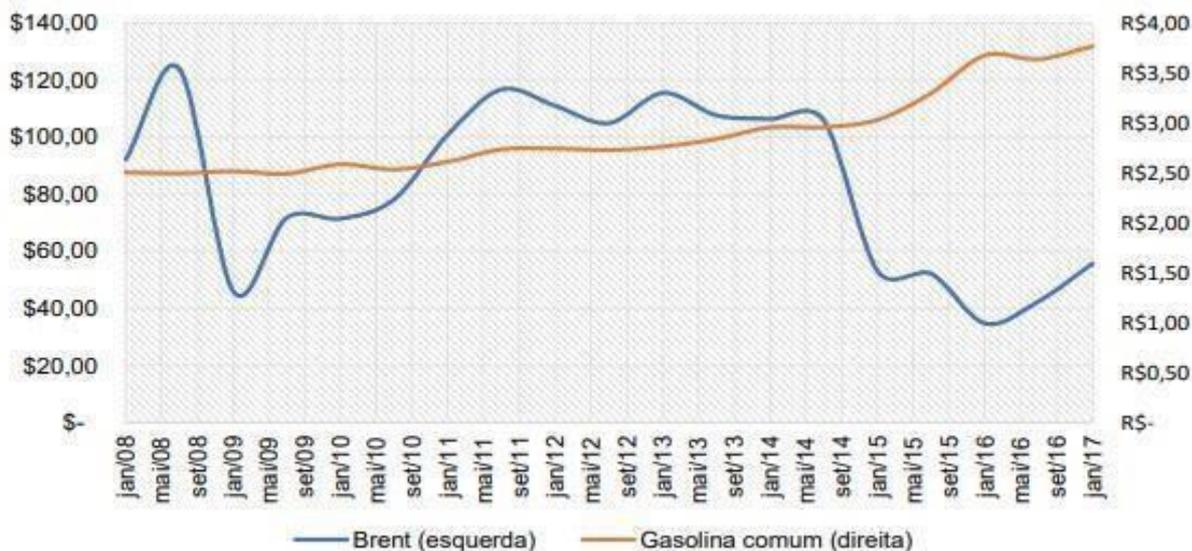
No gráfico 7 podemos observar a relação entre o petróleo comprado

internacionalmente e o preço da gasolina oferta aos brasileiros. Para Bastos (2017), a necessidade de constante comparação entre os níveis de preço internacional e os preços adotados na venda da gasolina no Brasil, se dá pelo fato de garantir preços mais baixos por produtos comprados por maior valor tornaram o custo de produção maior.

Como demonstrado no Gráfico 7, ainda em 2010 o preço da gasolina descola do petróleo *brent*, deixando de fazer os repasses aos consumidores do aumento de preço em relação a compra de petróleo. Em 14 de outubro de 2016 a Petrobras anuncia no site de “Relação com Investidores”⁸ que passaria a adotar a Paridade de Preços Internacionais como política de precificação do combustível.

⁸ Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/adoptamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-egasolina.htm>
Acessado em: 27/05/2023

gráfico 7: Cotação petróleo Brent e preço médio de venda da gasolina comum no Brasil entre janeiro de 2008 a janeiro de 2017



Fonte: Agência Nacional do Petróleo e Investing.com. Elaboração própria.

O controle de preços também ocorreu no setor elétrico. Bastos (2017) descreve que por meio da medida provisória 579, o governo retirou encargos setoriais que incidiam sobre a conta de luz⁹, renovou concessões de forma não onerosa e as prorrogou por mais 30 anos. Isso fez com que as distribuidoras de energia reduzissem as tarifas para os consumidores residenciais em 18% e para a indústria e o comércio em 32%. O entrave foi de que no ano de 2012, deu-se início a uma das maiores crises energéticas devido à forte seca que atingiu o país, fazendo com que houvesse escassez do principal insumo da matriz energética, a água. Isso causou prejuízo às distribuidoras, sendo coberto pelo Tesouro nacional.

De fato, não há qualquer evidência de que a redução de tarifas de energia elétrica tenha sido eficaz em gerar competitividade para a indústria brasileira, que, dada a queda de rentabilidade causada pela desaceleração da economia, pode ter apenas aproveitado a medida para recompor suas margens de lucro. (CARVALHO, 2018, p. 68)

⁹ Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

A economia brasileira tem desaceleração registrada em 2011 e cai mais ainda em 2012, demonstrada na forma de queda do PIB (Gráfico 5). Bresser – Pereira (2013) descreve que Dilma decide então convidar para reuniões um grupo de empresários de diversos setores da economia, com objetivo de ouvir sugestões sobre o que poderiam levar adiante o crescimento da economia. Em 22 de março de 2012 ocorre o primeiro encontro¹⁰ e segundo os empresários, o custo da energia elétrica para a indústria, os juros e spreads bancários, o câmbio valorizado e a carga tributária eram os maiores entraves para a economia do país. O autor conclui que Dilma, então, resolveu agir em cada um desses pontos, visando destravar os investimentos.

Assim como Bresse-Pereira (2013) afirma, no que se dizia ao cenário macroeconômico herdado pelo governo Dilma, a situação não era favorável. Dentre diversos fatores desfavoráveis, um dos expoentes era a taxa de juros nominal e real elevada, no qual, o governo para ter sucesso, deveria romper com a política do tripé macroeconômico.

Quando a presidente Dilma Rousseff foi eleita, no final de 2010, com o apoio decisivo do presidente Lula, a sociedade brasileira supôs e a nova presidente confirmou que seu governo seria uma continuação do anterior. Entretanto, como esse governo não foi capaz de romper com a política do “tripé macroeconômico” dominante no Brasil desde 1999, o governo Dilma só seria bem-sucedido se rompesse a armadilha de juros altos e câmbio sobreapreciado que caracteriza essa política ortodoxa. Algo que, depois de dois anos de governo, vemos que ela tentou fazer, mas foi apenas parcialmente bem-sucedida. (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 5)

Dessa forma, o governo passa a agir sobre a redução da taxa básica de juros. A sequência de cortes veio em um momento constante de afrouxamento monetário. Ao todo foram treze reuniões do Comitê de Política Monetária onde (COPOM), os juros foram diminuídos ou mantidos a níveis perto do que era considerado ideal para o

¹⁰ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/03/22/dilma-se-reune-com-28empresariosembrazilia.ghtml> Acessado em: 22/05/2023

governo. O início se deu na 161ª reunião¹² onde o BC decidiu reduzir os juros para 12,00%. O vale de 7,25%, menor nível registrado no país até então, foi atingido e mantido até a 174ª reunião¹³, aonde os juros voltaram para 7,50%. Reis (2016) destaca que a instituição também conduziu uma política de depreciação cambial,

tendo intervenções constantes no câmbio, fazendo com que ele saísse de R\$1,66 em 2010 para R\$2,65 em 2014.

Ao mesmo tempo, após os bancos privados oferecerem resistência na concessão do crédito, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) apresentou ao Congresso uma lista de vinte reivindicações para reduzir os spreads. Dentre elas estavam a diminuição dos impostos incidentes sobre as transações financeiras (IOF), redução do depósito compulsório fixado pelo Banco Central e regulamentação do Cadastro Positivo, por exemplo. Com a resistência do setor, o governo passou a atuar com os bancos estatais, como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, onde reduziram os juros e aumentaram os limites de crédito, tanto para empresas como para pessoas físicas. De acordo com Singer (2015), essa atuação dos bancos estatais tinham o intuito de estimular a concorrência com o setor bancário privado. Algumas decisões de política econômica no âmbito fiscal visavam estimular a expansão da economia pelo aumento da demanda agregada. Exemplos disso foram os processos de desonerações e de isenções de encargos sociais na folha de pagamento. Porém, conforme argumenta Gentil e Herman (2017), as políticas fiscais do período foram indefinidas, porque, ao mesmo tempo em que o governo sinalizava que não elevaria os gastos públicos para viabilizar a política de juros baixos, ele aumentava o gasto cobrindo as despesas das empresas privadas. Carvalho (2018) corrobora com essa visão, pois argumenta que a política fiscal do período foi conduzida de forma errada, visto que estimular o mercado exportador brasileiro através da oferta de investimento por parte da iniciativa privada não foi suficiente.

¹² 20/07/2011. ¹³ 17/04/2013.

Ainda de acordo com Carvalho (2018), o Plano Brasil Maior era o carro chefe da estratégia de desonerações como forma de estimular o mercado exportador, pois consistia na redução de IPI sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos e na concessão de créditos tributários para exportadores. A tabela 1 traz o registro das desonerações de IPI e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) entre os anos de 2010 e 2014.

Tabela 1: Desonerações de IPI e CIDE instituídas entre 2010 e 2014 em R\$ milhões

Tributos	2010	2011	2012	2013	2014
IPI	2.058	82	5.173	4.617	1.926
CIDE*	354	774	5.609	-	-

* dados referentes a 2013 e 2014 são agregados com outros impostos Fonte: Receita Federal. Elaboração própria.

Entende-se que os anos de 2012 e 2013 foram os mais atingidos por desonerações tributárias. Esse fato se deu por conta do lançamento do Plano Brasil Maior¹¹ em agosto de 2011, que só teve ação efetiva no ano seguinte. O governo reduziu o Cide por m³ de combustível fóssil com objetivo de intensificar o controle de preços, já mencionados.

Para Merylin-Oliveira (2016) algumas dessas medidas não tiveram êxito, o que joga o Brasil em uma crise, aumentando a rejeição do povo em relação ao governo.

¹¹ Disponível em: <https://www.diecse.org.br/notatecnica/2011/notaTec102PlanoBrasilMaior.pdf> Acessado em: 01/06/2023

3. METODOLOGIA

A presente seção tem como objetivo apresentar e descrever a metodologia adotada neste estudo, fornecendo uma visão geral das etapas e abordagens empregadas.

3.1. Tipologia da pesquisa

O presente trabalho tem por fins caráter explicativo, buscando identificar os fatores que contribuíram para o tripé macroeconômico e a nova matriz econômica. Gil (2002) descreve que o foco da pesquisa explicativa é reportar os fatos que determinaram para a ocorrência de algum fenômeno. O autor conclui que isso explica o porquê de as coisas acontecerem de tal forma.

Quanto aos meios, a pesquisa tem natureza bibliográfica, se desenvolvendo com base em materiais já publicados, podendo ser eles livros e artigos. A pesquisa bibliográfica nos ajuda desde o início, identificando trabalhos semelhantes ao tema de pesquisa e inspirando na escolha do problema através de trabalhos já publicados (ALVES, OLIVEIRA e SOUSA, 2021). Conforme observa Macedo (1995, p. 14), ao analisar os documentos pertinentes, o pesquisador enriquece seu conhecimento, organiza-os em fichas de anotação e, posteriormente, documenta o trabalho. Gil (2002) conclui que boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, pois se desenvolvem a partir de fontes bibliográficas.

3.2. Coleta de Dados

A pesquisa é fundamentada na análise de materiais existentes, sendo eles livros e artigos com foco em relatar e analisar os acontecimentos durante as políticas conhecidas como “tripé macroeconômico” e “nova matriz macroeconômica”.

4 ANÁLISE DE DADOS

A seguinte seção fará a análise de indicadores econômicos, sendo eles o PIB, juros *versus* inflação e a taxa de câmbio, e como eles se comportaram nos três governos citados, a fim de expor como que a economia reagiu a essas mudanças.

Para tal análise, serão usados gráficos para direcionar o tema exposto.

4.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país, estado ou cidade, geralmente em um ano, e é um dos principais indicadores macroeconômicos existentes¹².

Além de ser um dos principais indicadores macroeconômicos, o PIB serve também para medir o nível de fluxo de bens e serviços finais durante um período, todavia, não deve ser confundido com o nível de riqueza, pois isso traria uma falsa sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia (IBGE).

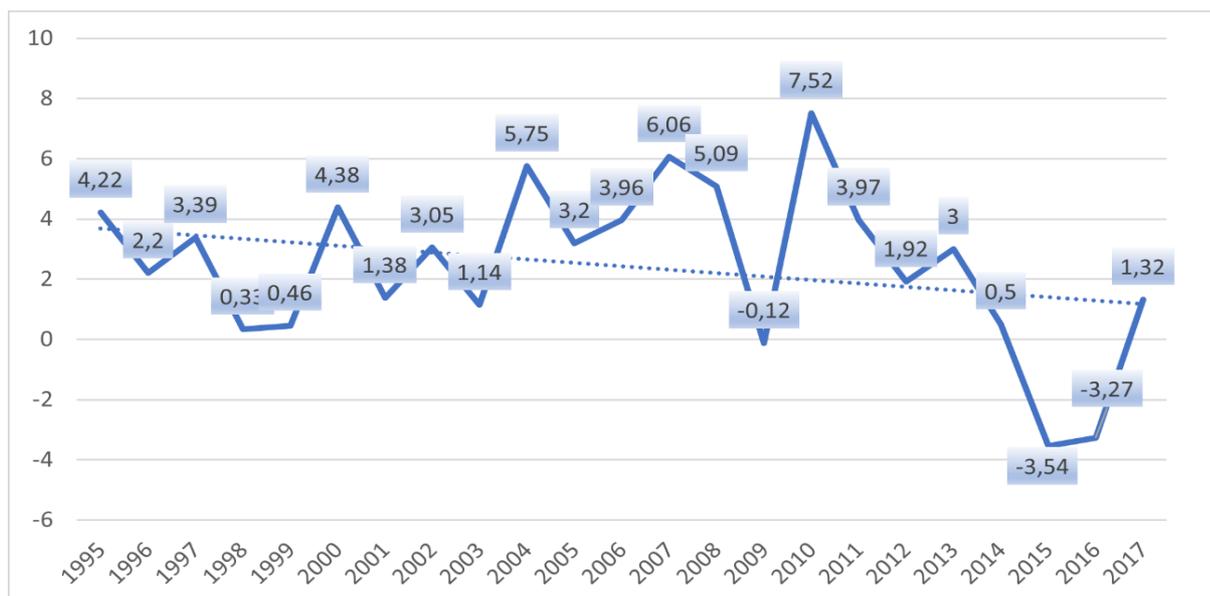
Souza et al (2015), salienta que quando há uma variação positiva no PIB, temos um crescimento da atividade econômica, porém quando se tem uma variação negativa há um processo chamado de recessão da atividade econômica.

¹² Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/pib.php/>

Acessado em: 02/06/2023

No gráfico abaixo vemos como foi o nível de atividade econômica nos períodos de 1995 a 2017, novamente passando pelos três mandatos citados anteriormente e expondo mais uma vez o cenário após o impeachment ocorrido em 2016.

Gráfico 8: Produto Interno Bruto anual do Brasil entre 1999 e 2016



Fonte: IPEA. Elaboração própria

4.2. Juros e inflação

A taxa juros da economia brasileira, denominada de Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo BCB. Tal taxa influencia todas as taxas de juros do país, como taxa de

juros de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras¹³.

Já a inflação é o aumento do preço dos bens e serviços e causa, além de outros fatores, a diminuição do poder de compra da moeda. No Brasil o índice convencionalmente usado para as metas de inflação é o Índice Nacional ao Consumidor Amplo (IPCA)¹⁴.

No que se trata a taxa de juros, Garcia (2003) diz que se consiste em uma variável macroeconômica fundamental para o bom funcionamento da economia, ressaltando de sua importância ao citar que ela mexe com o nível de atividade, do emprego, taxa de câmbio e outras variáveis econômicas.

No que se trata a inflação o governo, por intermédio do Banco Central, irá estabelecer uma meta e serão usados, conforme relata Pereira (1980) de instrumentos de política monetária e medidas de controle administrativo dos preços para se efetuar tal controle.

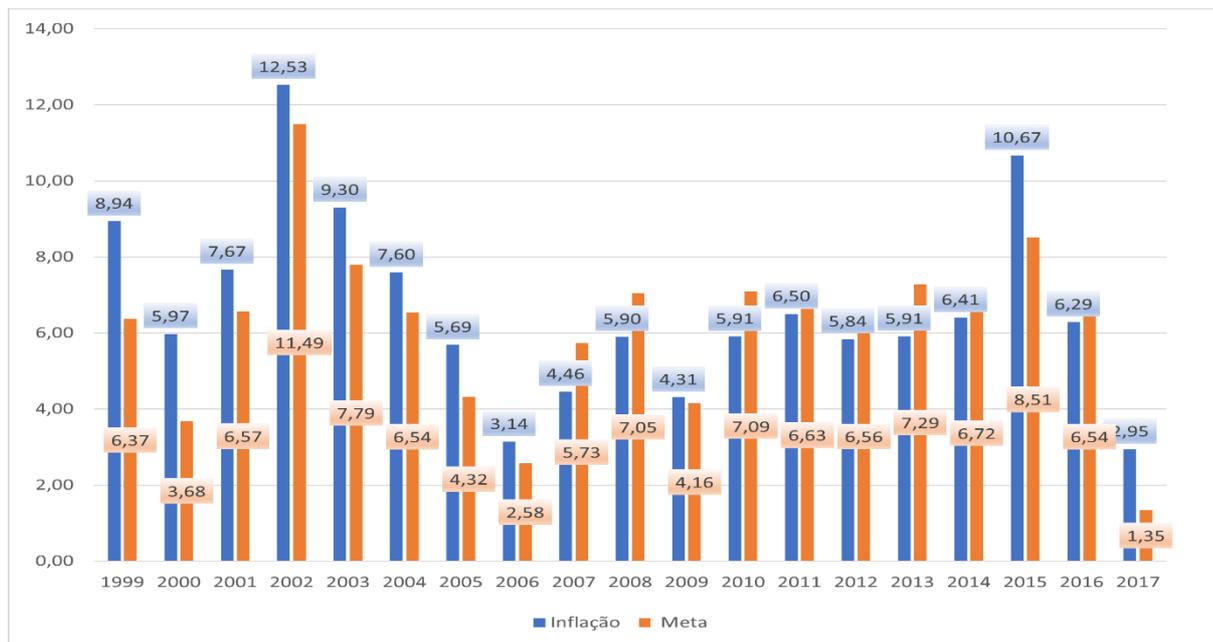
A seguir, no gráfico abaixo vemos como a taxa de juros e a inflação se comportaram nos períodos de 1995 a 2017, mais precisamente passando pelos mandatos de FHC, Lula e Dilma, e tendo um panorama do cenário deixado por Dilma Roussef após o seu impeachment 2016:

¹³ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic> Acessado em: 02/06/2023

¹⁴ Disponível em: <https://ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

Acessado em 02/06/2023

Gráfico 9: Meta e inflação 1999 a 2017

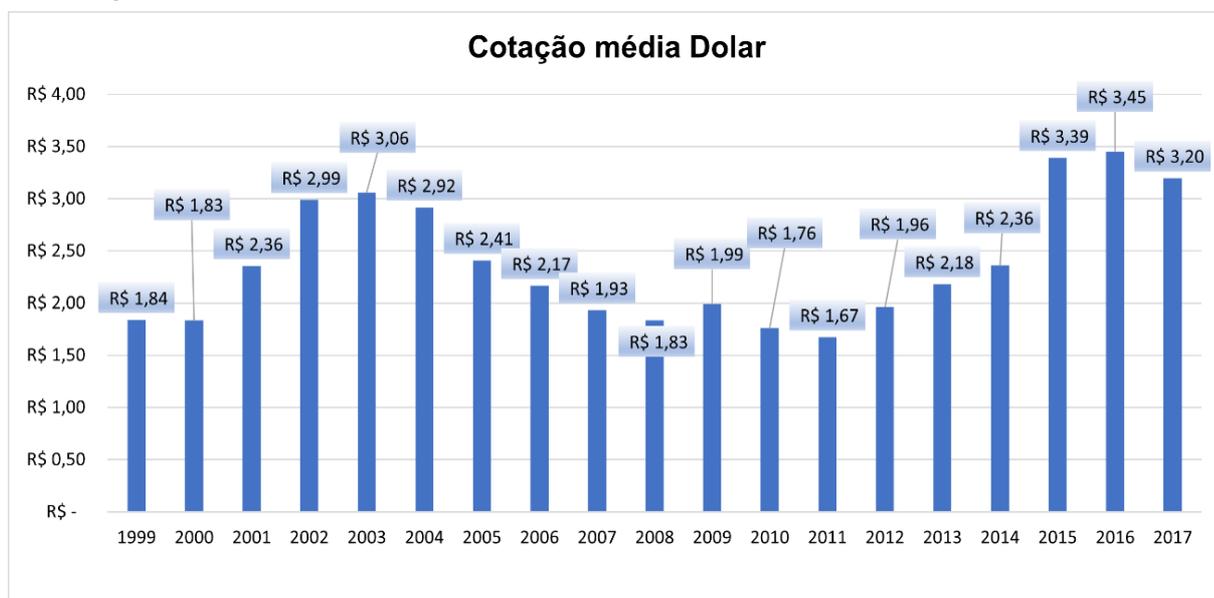


Fonte: IPEA. Elaboração própria.

4.3. Taxa de câmbio.

O governo FHC e a política conhecida como tripé macroeconômico tinham como uma das bases manter o câmbio flutuante, atrelado preços internacionais, de forma a possibilitar maior entrada de capital estrangeiro. Esse objetivo foi atingido durante seu governo, até que a desconfiança com o governo Lula faz com que essa lógica fique um tanto distorcida. Entretanto, Lula mostra que essa desconfiança não se fazia necessária e mantém o câmbio estável até o fim de seu governo. A lógica se manteve durante parte da administração Dilma, para além disso, quando a Nova matriz Econômica entra em vigência, temos um câmbio descontrolado que chega a R\$ 3,45 no último ano do seu governo.

Gráfico 10: Cotação média do dólar anualmente



Fonte: Banco central brasileiro. Elaboração própria.

5. Considerações finais

Ao longo deste estudo, examinamos o tripé macroeconômico implementado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e a posterior adoção da Nova Matriz Econômica durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Essas abordagens representaram momentos importantes na história recente do Brasil, cada uma com suas características e impactos no cenário econômico e social do país. O tripé macroeconômico, composto por três pilares fundamentais - metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal - foi uma estratégia adotada no governo FHC para estabilizar a economia brasileira e enfrentar os desafios trazidos pela inflação galopante e pela crise econômica do final da década de 1990. Essa abordagem trouxe resultados positivos, como a redução da inflação, o controle das contas públicas e a atração de investimentos estrangeiros.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, o tripé macroeconômico também gerou críticas e desafios para a população brasileira. A política de metas de inflação, por exemplo, contribuiu para a contenção dos preços, mas também resultou

em taxas de juros elevadas, dificultando o acesso ao crédito e desestimulando o investimento produtivo. Além disso, a flutuação cambial trouxe volatilidade ao mercado de câmbio, afetando a competitividade das empresas brasileiras e gerando incertezas econômicas.

Nesse contexto, a Nova Matriz Econômica foi proposta durante o governo Dilma Rousseff como uma alternativa ao tripé macroeconômico. Essa abordagem buscava promover o crescimento econômico por meio de estímulos ao consumo, políticas industriais e medidas de proteção ao mercado interno. Entre as principais medidas adotadas estavam a redução das taxas de juros, a desvalorização do câmbio e a concessão de incentivos fiscais para setores específicos.

A Nova Matriz Econômica foi implementada em um momento de desaceleração econômica mundial e buscava estimular o mercado interno como forma de impulsionar a economia brasileira. No entanto, as políticas adotadas mostraram-se insustentáveis a médio e longo prazo. A desvalorização cambial, por exemplo, contribuiu para o aumento da inflação e o enfraquecimento do poder de compra da população. Além disso, as medidas de estímulo ao consumo resultaram em um aumento do endividamento das famílias e do déficit público.

O estudo apresentado possibilitou entender que diante dos desafios econômicos e sociais enfrentados pelo Brasil, é necessário considerar que tanto o tripé macroeconômico quanto a Nova Matriz Econômica possuem suas vantagens e desvantagens. Ambas as abordagens visavam promover o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população, mas diferiam em suas estratégias e instrumentos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos avançados**, v. 31, p. 51-60, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **São Paulo: Paz e Terra**, 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. *Novos estudos*. São Paulo, v. 32, ed. 95, p. 5-14, 2013.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos*. São Paulo, v. 34, ed. 102, p. 39-67, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 21-29, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016. CALABREZ, Felipe. Política macroeconômica e mercados financeiros: o jogo de credibilidade e a dívida pública no contexto da eleição do governo Lula (2002-2003). **Áskesis**, v. 4, n. 1, p. 175, 2015.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia G. Política industrial do governo Lula. **Texto para discussão**, v. 181, p. 139-174, 2010.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CURADO, Marcelo Luiz; OREIRO, José Luis. Metas de inflação: uma avaliação do caso brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 2, p. 127-146, 2005. DA SILVA, Marcos Antonio C.; MOREIRA, Ajax. **Paradas e fugas súbitas dos fluxos de capital nos países emergentes: fatores globais e locais**. Texto para Discussão, 2014. DE AMORIM, Maria Salete Souza. O reflexo da opinião pública nas eleições 2010 e as expectativas em relação ao Governo Dilma. 2011.

DE OLIVEIRA NEGRÃO, João José. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas sociais**, n. 1, p. 103-112, 1996. DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. – p. 2

FERREIRA, Douglas Marcos. O efeito contágio da crise do subprime no mercado acionário brasileiro. 2012.

FERREIRA, M. D. P.; FILHO, J. E. R. V. Política de preços dos combustíveis. In: FILHO, J. E. R. V. et al. (org.). Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. cap. 8, p. 207-228.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**, v. 1, p. 20-38, 2017.

FRANCO, Gustavo HB. **Auge e declínio do inflacionismo no Brasil**. Texto para discussão, 2004.

GENTIL, D.; HERMANN, J. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. Economia e sociedade. Campinas, v. 26, n. 3, ed. 61, p. 793816, 2017.

GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2. ed. 2011.

GIAMBIAGI, Fabio. O ajuste fiscal de 1999/2000. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 17, 1998.

GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

KUSZKOWSKI, Jailson Jean. Efeitos do boom das commodities no desenvolvimento industrial brasileiro (2003-2014). 2021.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. Abrindo a Caixa-Preta: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002. **Rio de Janeiro: IUPERJ**, 2007.

MAGALHÃES, LJ D.'A. Comércio internacional, Brasil e agronegócio. 2002.

MARCONI, Nelson; BRANCHER, Marco. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, Nelson; BRANCHER, Marco. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. Metas para inflação e taxa de juros no Brasil: uma análise do efeito dos preços livres e administrados. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, p. 431-451, 2007.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 507-527, 2011.

MOREIRA, Henrique Eduardo Barroso. O Governo Lula e as medidas de um governo de frente popular diante da crise econômica de 2008. 2014.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, p. 426-443, 2015.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo

FHC: mudança em condições adversas. **Tempo social**, v. 15, p. 195-217, 2003.

OREIRO, José Luis. Do tripé macroeconômico ao fracasso da nova matriz: a evolução do regime de política macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Revista Politika, Rio de Janeiro**, p. 16-33, 2015.

OREIRO, José Luiz. Origem, causas e impacto da crise. **Valor econômico**, v. 13, n. 09, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Boitempo Editorial, 2012.

PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara; DE PAULA, Luiz Fernando. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 21, p. 187-215, 2017.

RAMALHO, Gustavo Henrique Pontes Guimarães. A construção da imagem política de LULA: uma análise da Carta ao povo brasileiro. 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

REZENDE, Ricardo Pazzotti et al. Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula. 2009.

SCHERER, Fernando Luiz; KOWALESKI, Paulo Sérgio; REZENDE JÚNIOR, Sebastião Vieira de. A dinâmica da inflação brasileira após o Plano Real. **Vitrine da Conjuntura**, 2011.

SILVA, Gabriel Fernandes da. De Lula a Bolsonaro: A economia brasileira pós crise financeira de 2008 sob a visão pós-keynesiana. **Ciências Econômicas-Unisul Virtual**, 2020.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil-de Sarney a FHC. 2009.

SOUZA, Bruno Ferreira dos Santos Farina de. Impacto da nova matriz econômica na geração de crescimento, à luz de duas escolas heterodoxas. 2019.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 369-380, 2007.

GLOSSÁRIO

Brent: Nome dado ao petróleo extraído na região do Mar do Norte, e é uma das principais referências de preço mundial.

Commodities: Mercadorias primárias de origem agrícola, pecuária, mineral e

ambiental que fornecem matéria-prima para a produção industrial global.

Subprime: Modalidade de crédito que apresenta alto risco para instituições financeiras, cobrando altas taxas e recebendo maiores retornos. Essa modalidade de crédito foi uma das causas da criação da bolha imobiliária que deu origem a crise de 2008.

Superávit: Termo usado na economia para se referir ao valor que sobra de uma receita após a dedução dos gastos.